

# O ORÇAMENTO NO EXTERIOR

## Nos EUA há abusos e na França e Inglaterra parlamentares não influem

Apesar das peculiaridades brasileiras, o processo de elaboração do orçamento nos Estados Unidos guarda semelhança com o Brasil. Lá, assim como aqui, cada um dos 435 deputados e 100 senadores pode interferir no Orçamento da União, criando despesas. Cabe a eles, ainda, aprovar a dotação específica de cada gasto previsto. O resultado é uma peça orçamentária fragmentada, que permite a inclusão de dinheiro para todo o tipo de projetos, sem que haja necessariamente consideração com o interesse comum.

Segundo o jornalista Martin Gross, autor do livro "A Quadrilha do Governo — O Desperdício em Washington de A a Z" o desperdício anual é no mínimo de US\$ 300 bilhões. O livro mostra a falta de critério e de ética dos políticos norte-americanos na montagem do orçamento — um esquema viciado de apropriações de recursos oficiais para fins dúbios, que ajudaram a criar o enorme déficit federal dos Estados Unidos. Entre os abusos implementados com o dinheiro do contribuinte norte-americano estão uma dotação de US\$ 3,1 milhões usada na transformação de um antigo ferry boat num restaurante es-

pecializado em caranguejos, em Baltimore. Um influente senador de West Virginia conseguiu US\$ 4,5 milhões para restaurar um cinema em seu Estado. Sem saber, o cidadão norte-americano pagou um estudo de US\$ 144 mil para verificar se os pombos seguem as leis econômicas dos humanos. O Tesouro também gastou US\$ 219 mil para financiar um estudo cujo objetivo era ensinar estudantes universitários a ver TV.

Na França, ao contrário do Brasil, se um deputado apresentar uma emenda ao orçamento que resulte em qualquer despesa é preciso que ele proponha também a receita correspondente. O governo pode apor seu veto e a última palavra é sempre do Executivo. Antes de sua apresentação no plenário ela passa pela Comissão do Orçamento, onde já pode ser afastada. Não há também nenhuma possibilidade de um deputado indicar diretamente organizações não governamentais ou associações para receberem subvenções do Estado. Isso é tarefa do Executivo, dos ministros, cada um na sua área específica.

Por exemplo, na área do Ministério da Saúde, pode haver subvenções decididas pelo mi-

nistro, mas todas as organizações beneficiadas sofrem real controle do governo. O deputado, no máximo, pode sugerir ao ministro o aumento ou a redução das subvenções, mas quem decide é o ministro. Os deputados votam o orçamento dos ministérios item por item, mas não tem poder de decisão ou de escolha. A última palavra é sempre do Executivo.

Na Grã-Bretanha, a preparação do orçamento é feita sob sigilo total pelo ministro do Tesouro e sua equipe. Os parlamentares não têm qualquer interferência nas dotações de "verbas especiais". Tradicionalmente, o ministro apresenta ao país a peça orçamentária em discurso transmitido pela TV no dia 30 de novembro. Neste ano, o ministro Kenneth Clarke anunciou algumas medidas para reduzir o déficit de quase US\$ 80 bilhões a zero no ano 2000. Entre essas medidas estão diminuição dos gastos com defesa e com o seguro desemprego. O orçamento inglês de 94 chega a US\$ 225 bilhões.